LEI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

L E I Nº 2.544, de 01 de junho de 2021

EMENTA: Altera, na parte que indica, a Lei Municipal nº 2.360, de 02 de junho de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016, passa por esta legislação, dispor da seguinte redação:

> **"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016**
> **(...)**
> **Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, nas extremidades laterais das vias públicas deste Município, bem assim no entorno das praças e logradouros similares, em áreas especiais previamente delimitadas e sinalizadas, denominado "Zona Azul", nas quais os usuários ficarão sujeitos ao pagamento de retribuição financeira, pela utilização, por determinado período de tempo, de vaga de estacionamento.**
> **(...)"**

Art. 2º. O art. 2º da Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016 passa a vigorar com as adequações desta Lei e acrescido de mais cinco parágrafos que serão os "§§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º", renumerando os demais dispositivos desta categoria, respectivamente, para "§§ 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12º, 13º, 14º, 15º e 16º", com a redação a seguir:

> **"Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016**
> **(...)**
>
> **Art. 2º. As vias públicas deste Município, bem assim o entorno das praças e logradouros similares, referidas no art. 1º desta Lei, que integrarão o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, serão definidas e identificadas mediante Decreto, do Poder Executivo precedido de estudo prévio e parecer emitido pela Secretaria de Transporte e Trânsito – SETTRAN, ouvindo o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, observando-se, com exclusividade, as normas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU quanto as áreas centrais da cidade, bem assim, as ruas e logradouros públicos próximos ao entorno da zona central de comércio e prestação de serviços.**

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 1º. Para fins do disposto no caput deste artigo, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a implantar, ainda que em caráter provisório, e na hipótese de concessão onerosa autorizar nas mesmas condições, o funcionamento do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado de que trata esta Lei, nos moldes e requisitos estatuídos nesta Legislação, precedido de estudo da SETTRAN que identifique a necessidade de estabelecer uma regulamentação específica em razão da grande concentração de veículos, caracterização das atividades urbanas e ou diante da realização de eventos e atividades esportivas, religiosas, festas populares, culturais, artísticas e similares.

§ 2º. A sinalização das vias públicas deste Município, bem assim o entorno das praças e logradouros similares, referidas no art. 1º desta Lei, para fins de implantação do o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado deverá identificar o acesso às garagens, para veículos, existentes nas unidades imobiliárias, não destinando aquele acesso para fins de vaga do aludido Sistema.

§ 3º. O Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, nas vias públicas e no entorno das praças e logradouros similares de que trata o art. 1º desta Lei, poderá ser instituído totalmente ou parcialmente, podendo, ainda, a implantação do sistema ser gradativa, de acordo com estudo de implantação a ser desenvolvido pela Secretaria de Transporte e Trânsito - SETTRAN.

§ 4º. Havendo demanda, a critério do Poder Público Municipal, poderá ser explorada publicidade comercial ou institucional, nos leitos das vias públicas, das praças e logradouros similares, referidas no art. 1º desta Lei, nos parquímetros ou outros equipamentos, que forem agregados ou envolvidos no sistema, vedando-se integralmente a veiculação de publicidade de natureza político-partidária, que divulgue o tabagismo, alcoolismo, drogas ilícitas e exploração sexual, que, abatidos os custos de veiculação e a taxa de administração, constituirão receita do Sistema, computada com base no valor do estacionamento, mediante regulamentação específica na política tarifária do Sistema.

§ 5º As sinalizações horizontal e vertical do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado "ZONA AZUL" será feita com base na legislação de trânsito e conterá as informações sobre dias, horários e períodos de estacionamento.

§ 6º As áreas destinadas ao Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, serão sinalizadas com a denominação ZONA AZUL.

Prefeitura Municipal *Av. Princesa Isabel, 678 – Centro Administrativo Municipal Firmino Alves – São Caetano*

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 7º As áreas destinadas a pontos de ônibus, de táxi, moto taxi, hidrantes e de veículos de aluguei não integrarão as vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado - ZONA AZUL.

§ 8º. Para fins de permanência pelo período de tempo estabelecido nesta Lei, não integrará o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado - ZONA AZUL, uma das vagas ou a vaga, existentes nas vias e logradouros públicos em frente a fachada térrea principal de acesso às farmácias, igrejas, funerárias ou mortuárias e quaisquer outros locais identificados pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito como destinado a parada de emergência, os quais serão devidamente sinalizados, através de placas de regulamentação, e cujo estacionamento deverá ocorrer em tempo máximo de 15m. (quinze minutos) de permanência.

§ 9º. Para fins de permanência pelo período de tempo estabelecido nesta Lei, não integrarão o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado - ZONA AZUL, ao menos duas das vagas, ou a vaga, existentes nas vias e logradouros públicos localizadas em frente a fachada térrea principal de acesso aos hospitais, pronto-socorro, clínicas médicas e unidades de ensino, as quais serão devidamente sinalizadas através de placas de regulamentação, e cujo estacionamento deverá ocorrer em tempo máximo de 15m. (quinze minutos) de permanência.

§ 10. Deverão serem reservadas pelo menos 2% (dois por cento) das vagas nas áreas integrantes do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, próximas do acesso de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência com dificuldade de locomoção e com as especificações técnicas de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes.

§ 11. Da totalidade de vagas que integram o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, é assegurada a reserva, para os idosos, de 5% (cinco por cento) das vagas, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

§ 12. As vagas destinadas ao estacionamento pelas pessoas indicadas nos §§ 10 e 11 deste artigo deverão ser abertas na área central do comércio de Itabuna, nas vias públicas próximas a hospitais, clínicas, laboratórios, centros médicos, estabelecimentos e centrais de abastecimento de gêneros alimentícios e farmácias.

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 13. As pessoas enquadradas nos §§ 10 e 11 deste artigo sujeita-se, para a garantia do benefício, à obtenção de cartão de credenciamento junto a Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, bem como à seguinte rotina:

I - colocar o cartão no interior do veículo, em local visível, sobre o painel, próximo ao para-brisas dianteiro e com face (frente) voltada para fora;

II - a permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo não desobriga do uso do cartão.

§ 14. A inobservância das exigências contidas no parágrafo anterior e seus incisos I e II, implicará no pagamento do preço público alusivo a ZONA AZUL.

§ 15. Fica vedada a abertura de vagas para o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, nas vias e logradouros públicos onde estejam estabelecidas unidades de saúde e médica hospitalar que disponham de serviços de pronto socorro, urgência e emergência e pronto atendimento.

§ 16. Na extensão de cada uma das vias e logradouros públicos integrantes do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, a cada 100 (cem) metros, deverão ser reservadas áreas especificas denominadas "áreas de segurança" para o estacionamento de Viaturas Policiais, do Corpo de Bombeiros e Ambulâncias, para, exclusivamente, prestação de serviços de urgência e emergências.
(...)"

Art. 3º. O art. 3º da Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016, passa por desta Legislação, a dispor da seguinte redação:

"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016
(...)

Art. 3º. Os serviços que abrangem o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, "Zona Azul", serão prestados pela Administração Direta, através da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, por Entidade da Administração Indireta do Município de Itabuna criada para esta finalidade ou através de concessão onerosa, em locais permitidos e previamente determinados, nas vias e logradouros públicos.
(...)"

Art. 4º. Acrescente-se ao art. 3º da Lei Municipal nº. nº. 2.360 de 02 de junho de 2016, os seguintes parágrafos:

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016
(...)

Art. 3º. .....

§ 1º. A concessão onerosa dos serviços relativos ao estacionamento rotativo pago, de que trata o caput deste artigo, poderá ocorrer no todo ou em partes, precedido de relatório técnico opinativo, neste caso da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, ouvindo o Conselho Municipal de Transporte e Trânsito, e dar-se-á mediante contrato, precedido de licitação, na modalidade de concorrência pública, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

§ 2º. O Município publicará, previamente o edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga da concessão onerosa, no todo ou em partes, caracterizando seu objeto, área e prazo.

§ 3º. A concessionária sujeitar-se-á à fiscalização permanente do Município, através da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito e da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização (ARSEPI) dos Serviços Públicos, com a cooperação dos usuários, submetendo-se, inclusive, a estrita observância das determinações desta Lei.

§ 4º. O prazo da concessão onerosa será de no máximo dez anos, assegurando-se a revisão periódica do respectivo contrato, efetivada pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito e pela Agência de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos, com a cooperação dos usuários.

§ 5º. Na hipótese de concessão onerosa, incumbe à concessionária a execução adequada do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados pela concessionária em razão da operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, "Zona Azul" ao Município, aos usuários e ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

§ 6º. Na hipótese de concessão onerosa, as contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária, serão regidas pelas disposições do direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Município de Itabuna.

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 7º. A transferência de concessão onerosa ou do controle societário da concessionária, sem prévia anuência do Município de Itabuna, implicará a caducidade da referida concessão.

§ 8º. Para fins de obtenção da anuência, de que trata o parágrafo anterior deste artigo, o pretendente deverá:

I – Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II – Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

§ 9º. O Município de Itabuna poderá intervir na concessão onerosa, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes;

§ 10. Sem prejuízo de outras hipóteses estabelecidas no contrato de concessão onerosa, esta extingue-se nos seguintes casos:

I – Advento do termo contratual;
II – Encampação;
III – Caducidade;
IV – Rescisão;
V – Anulação;
VI – Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 11. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo Município de Itabuna durante o prazo da concessão onerosa, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma da lei.

§ 12. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do Município, a declaração de caducidade da concessão onerosa ou a aplicação das sanções contratuais, observadas as disposições legais e contratuais.

§ 13. Declarada a caducidade, não resultará para o Município de Itabuna qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 14. O contrato de concessão onerosa poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Município de Itabuna mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, sendo que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados antes do trânsito em julgado da decisão judicial.

§ 15. Aplicar-se-á, na hipótese da concessão onerosa, de que trata esta Lei, inclusive para fins do processo de concorrência pública e do respectivo contrato, as regras contidas nas Leis Federais nºs. 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal; 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores; a Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e Lei Municipal nº. 2.169 de 18 de agosto de 2010 - Institui no âmbito da Administração Pública Municipal, Regulamento Municipal da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual.

§ 16. A empresa concessionária deverá se incumbir, sem ônus para o Município, de fornecer, instalar e conservar os equipamentos empregados, realizar todas as sinalizações horizontais e verticais viárias e obras para acessibilidade pertinentes, bem como contratar e manter, às suas expensas e responsabilidades, todo o pessoal envolvido que se fizer necessário à operação da concessão, sendo de sua incumbência, também, a pintura da sinalização e caracteres no leito das vias e logradouros públicos das áreas envolvidas e o respeito de toda a legislação municipal, estadual e federal, vigentes.

§ 17. A empresa concessionária deverá fazer a demarcação das vias de acordo com a regulamentação imposta pela SETTRAN.

§ 18. Caberá à concessionária, entre outras obrigações, o repasse mensal do percentual sobre a arrecadação bruta mensal do sistema, conforme estabelecido pelo edital, incluindo aquelas receitas geradas por comercialização de publicidade, para a Prefeitura Municipal de Itabuna.

§ 19. A comercialização de publicidade, que trata o parágrafo anterior, deve ser antecipadamente submetida à aprovação do Poder Público concedente e obedecidas as condições estipuladas em regulamento e regramento municipal vigente.

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 20. O percentual do repasse mensal, de que trata o §18 deste artigo, não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento), sobre a arrecadação bruta do Sistema, nos 02 (dois) primeiros anos e 25% (vinte e cinco por cento) a partir do 3ºano.

§ 21. Mensalmente, na prestação de contas, a concessionária fornecerá à Prefeitura Municipal de Itabuna, comprovação inequívoca do pagamento do pessoal trabalhador, no Sistema, bem como de todas as obrigações fiscais e sociais referentes ao mesmo.

§ 22. Parcela dos recursos financeiros resultantes da aplicação de multas administrativas por violação às regras desta Lei, deverão ser aplicados em ações do Poder Público Municipal voltadas para educação no trânsito, para manutenção dos conselhos das áreas de saúde, assistência social e da Infância e Adolescência, bem assim constituir receitas dos seus respectivos fundos.

§ 23. Fica vedada abertura vaga para integrar o Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado - ZONA AZUL, uma das vagas ou a vaga, existentes nas vias e logradouros públicos situadas em frente a fachada térrea principal de acesso às lojas revendedoras de veículos e oficinas destinadas a prestação de serviços automotivos, para uso exclusivo da entrada e saída de veículos.
(...)"

Art. 5º. O art. 5º da Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016, irá vigorar com as alterações desta Lei e a seguir dispostas:

"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016
(...)
Art. 5º. Na exploração e administração do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, "Zona Azul", quer seja pela a Administração Direta, através da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, por Entidade da Administração Indireta do Município de Itabuna criada para esta finalidade ou por concessionária do serviço, deverá ser disponibilizado, no mínimo, um (a) Monitor (a) para operar e prestar cobertura do Sistema, num raio de, no mínimo, 200 (duzentos) metros lineares.
(...)"

Art. 6º. O parágrafo único do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016, passa a ser o "§ 1º" acrescentando-se mais um parágrafo que será o "§ 2º " com a seguinte redação:

"Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

(...)

Art. 7º. .....
§ 1º. A Prefeitura Municipal de Itabuna, colocará Link/Programa/Equipamentos, junto ao Sistema Operacional de Estacionamento Rotativo Remunerado, "Zona Azul", para aferir, em tempo real, o total de horas compradas pelos usuários, com vistas a exercer controle sobre informações contábeis e promover comparativos da receita apurada para fins tributários.

§ 2º. Em havendo concessão onerosa do serviço, a colocação do Link/Programa/Equipamentos, junto ao Sistema Operacional de Estacionamento Rotativo Remunerado, "Zona Azul", para aferir em tempo real o total de horas compradas pelos usuários, será de responsabilidade da concessionária, cabendo a Prefeitura Municipal de Itabuna, através da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito e da Agência de Regulação, Controle e Fiscalização dos Serviços Públicos (ARSEPI), exercer o controle da arrecadação, a aferição imediata de receitas e as auditorias permanentes.
(...)"

Art. 7º. O § 2º do art. 8º da Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016, irá vigorar com as alterações abaixo grafadas:

"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016
(...)
Art. 8º.
(...)
§ 2º. O horário de funcionamento das áreas do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado poderá ser estendido ou suspenso em ocasiões especiais e/ou datas comemorativas, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, observadas as exigências desta Lei, possibilitando a necessária comunicação prévia ao usuário do sistema.
(...)"

Art. 8º. O art. 9º da Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016, irá viger acrescido de dispositivos abaixo indicados e com as seguintes alterações:

"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016
(...)
Art. 9º. .....:
I - .....;
II - .....;

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

III - uma retribuição financeira para motocicletas, motonetas e similares por 60 (sessenta) minutos de vaga ocupada;
IV – uma retribuição financeira para motocicletas, motonetas e similares por 120 (cento e vinte) minutos de vaga ocupada.

§ 1º. .....

§ 2º. A retribuição financeira para fins de estacionamento nas vagas do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, "Zona Azul", para caminhão de até PBT 10T, com a devida autorização da SETTRAN e no horário destinado para carga e descarga, com direito à utilização de até três vagas, será definido em Decreto do Poder Executivo, e tomará como base o valor da retribuição cobrada para ocupação de uma vaga e correspondente ao tempo de estacionamento.

§ 3º. Os demais valores das retribuições financeiras referentes ao Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, serão fixados mediante Decreto.
(...)

§ 4º. A permanência do condutor, ou, passageiro no interior do veículo, ou, em motos e motocicletas, bicicleta motorizada, motonetas e similares não desobriga o pagamento da retribuição financeira de ocupação da vaga de estacionamento.

§ 5º. As motocicletas, motonetas e similares terão estacionamentos privativos, em locais previamente estabelecidos e identificados por placa de regulamentação, denominados bolsões, com capacidade para estacionar até dez (10) unidades, assegurando-se o pagamento pelo estacionamento do sistema "Zona Azul", em de 50% (cinquenta por cento) do valor atribuído aos veículos automotores.
(...)"

Art. 9º. Acrescente-se ao art. 16 da Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016, mais um parágrafo que será o "§ 9º" renumerando-se o parágrafo que detém esta numeração para ser o "§ 10", cujos termos se apresenta abaixo:

"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016
(...)
Art. 16. .....
(...)

§ 9º. Em havendo a concessão onerosa dos serviços relativos ao estacionamento rotativo pago, o disposto no parágrafo anterior deste artigo, acerca de se efetivar o guinchamento do veículo, será de responsabilidade da concessionária e seus custos, inclusive a diárias, correrão à conta do proprietário do veículo.

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

§ 10. Sem prejuízo das penalidades descritas nos §§ 3º ao 8º, antecedentes, a irregularidade descrita no inciso IV deste artigo ensejará o envio dos registros da correspondente infração ao DETRAN para aplicação das medidas concernentes a infração de transito.
(...)"

Art. 10. O art. 20 da Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016, irá vigorar com os termos desta Legislação, a seguir dispostos:

"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016
(...)
Art. 20. O estacionamento nas vagas, delimitadas como integrantes do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, será permitido unicamente aos automóveis de passeio e utilitários leves na forma definida pelo Código Brasileiro de Trânsito. Os demais veículos, inclusive para carga e descarga, obedecerão à legislação específica.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito deverá fixar o horário em que será permitido o estacionamento de veículos para carga e descarga, podendo diferenciá-lo, em razão da carga transportada, do peso, ou de outros fatores que interfiram no trânsito local.

§ 2º. Nas áreas definidas como "ZONA AZUL", não será tolerado o estacionamento de veículos com características diferentes das definidas no caput deste artigo, devendo os condutores buscar vagas que obedeçam à sinalização indicativa e às regras de circulação viária.
(...)"

Art. 11. Redefine por esta Legislação a norma do art. 21 da Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016, que passa a viger com os acréscimos e alterações a seguir dispostas:

"Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016
(...)
Art. 21. Para operacionalização do Sistema de Estacionamento Rotativo Remunerado, deverá ser implantado Parquímetros próximos as vias públicas deste Município, bem assim o entorno das praças e logradouros similares, referidas no art. 1º desta Lei, onde o Sistema seja implantado, para regular o tempo de permanência dos carros nas vagas do referido sistema e cujo funcionamento se processara mediante a introdução do valor em espécie (moeda ou cédula).

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

Parágrafo único. O parquímetro deverá propiciar:

I – Ao usuário: facilidade na obtenção do comprovante do período de estacionamento e segurança das informações;
II – Ao Município: controle de informações, dados estatísticos e faturamento.
(...)"

Art. 12. Inclua-se logo após o art. 21 da Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016, mais um dispositivo que será o "Art. 22", renumerando os artigos 22, 23 e 24, respectivamente, para "arts. 23, 24 e 25", com a seguinte redação:

"Lei Municipal nº. 2.360, de 02 de junho de 2016
(...)
Art. 22. Na hipótese de concessão onerosa do Sistema Operacional de Estacionamento Rotativo Remunerado, "Zona Azul", as contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições do direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Município.
(...)

Art. 13. As despesas decorrentes da presente Lei ocorreram por conta de dotação orçamentária própria, podendo ser suplementada se houver necessidade.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, na forma do art. 107 da Lei Orgânica deste Município, devendo o Poder Executivo promover a publicação da Lei Municipal nº. 2.360 de 02 de junho de 2016, com a indexação das alterações promovidas por este Diploma Jurídico.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as redações dos dispositivos constantes da Lei Municipal nº 2.360 de 02 de junho de 2016 na forma constante quando da publicação desta Legislação no Diário Oficial do Legislativo Edição nº. 153 em 30 de junho de 2016 e que foram objeto de alteração promovidas por esta Lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 01 de junho de 2021.

AUGUSTO NARCISO CASTRO:40935817549
Assinado de forma digital por AUGUSTO NARCISO CASTRO:40935817549
Dados: 2021.06.02 16:13:32 -03'00'

AUGUSTO NARCISO CASTRO
Prefeito

JOSUE DE SOUZA BRANDAO JUNIOR:24392073572
Assinado de forma digital por JOSUE DE SOUZA BRANDAO JUNIOR:24392073572
Dados: 2021.06.02 16:27:18 -03'00'

JOSUÉ DE SOUZA BRANDÃO JÚNIOR
Secretário de Governo

THALES RODRIGUES DA SILVA
Secretário de Transporte e Trânsito

Certificação Digital: S3V9U9PF-6PPKXT3K-DPPIHMF0-GN7BDEMK
Versão eletrônica disponível em: http://www.itabuna.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil